

Boletim do Conselho

Publicação mensal do Conselho Nacional de Saúde • Outubro 2003 • Ano 4 • n.º 32 • ISSN 1679-2610

CONSELHO NA DEFESA DO ORÇAMENTO DA SAÚDE



CNS apóia o movimento SOS Saúde que promove ato público em prol da EC 29 dia 5 de novembro em Brasília. Parlamentares federais falam ao conselho.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua reunião ordinária dos dias 1.º e 2 de outubro, aprovou uma série de ações para garantir no Orçamento de 2004 o cumprimento da Emenda Constitucional 29, que fixa um percentual mínimo a ser aplicado na saúde pelos governos federal, estaduais e municipais. Se necessário, até mesmo acionar o Ministério Público.

A principal bandeira será o apoio à proposta da deputada federal Ângela Guadagnin, que destina parte do superávit primário para a saúde, de forma a gerar R\$ 6 bilhões para cumprir a Emenda Constitucional 29.

As ações programadas pelos conselheiros nacionais não são isoladas. Seu objetivo é envolver toda a sociedade. O primeiro passo foi engajar-se no movimento “SOS

Saúde”, lançado no dia 1.º de outubro com a participação de diversas entidades da sociedade civil e a Frente Parlamentar da Saúde. O CNS propôs, no dia 8 de outubro, aos integrantes do SOS Saúde uma ampla manifestação pública no dia 5 de novembro, envolvendo a sociedade.

Os conselheiros do Conselho Nacional de Saúde irão agendar reuniões com ministros da Saúde, Planejamento, Casa Civil, além das lideranças do Congresso Nacional (o presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha, o líder do governo na Câmara Aldo Rebelo, o presidente do Senado José Sarney, o líder do governo no Senado Aloísio Mercadante e o relator do Orçamento Jorge Bittar) para buscar sensibilizá-los quanto à importância de garantir os recursos constitucionais para a saúde.

12.ª Conferência Nacional

O relatório consolidado com as propostas das conferências estaduais deverão ser enviados aos delegados até final de novembro, de acordo com o relator Paulo Gadelha.

página 2

Ação Direta de Inconstitucionalidade

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Mateus, entrou com uma ADIn no Supremo Tribunal Federal contra a Resolução 322 do CNS.

página 3

Agências reguladoras

CNS quer ser incluído no projeto de lei que dispõe sobre o controle social nas agências reguladoras do governo federal.

página 3

Articulação das Secretarias

As Secretarias Executivas dos conselhos estaduais estiveram em Brasília para discutir forma de integração da Secretaria Nacional com os Estados.

página 4

Opinião

Os conselheiros Zida Arns e Francisco Batista falam sobre a 12.ª Conferência Nacional de Saúde na coluna Opinião.

página 4

12.^a Conferência Nacional de Saúde

Consolidado dos relatórios estaduais será enviado aos delegados até final de novembro

Na reunião do Conselho Nacional de Saúde, foram apresentadas várias novidades sobre a organização, relatoria e a comunicação da 12.^a Conferência Nacional de Saúde. Eduardo Jorge, coordenador geral da conferência, fez um relato positivo das conferências estaduais, que têm sido acompanhadas por membros da Comissão Executiva e de Articulação e Mobilização e também por conselheiros nacionais.

O coordenador também se referiu aos questionamentos que vem recebendo de grupos que não se sentem contemplados nos dez eixos temáticos definidos pelo CNS para nortear as discussões. Eduardo Jorge explicou que a decisão de definir dez eixos é para tornar o debate objetivo, sintético, com visibilidade suficiente para se poder cobrar do governo a aplicação dos resultados da Conferência.

A seguir, os conselheiros fizeram uma avaliação da segunda

teleconferência, realizada no dia 30 de setembro, para a divulgação do documento do Ministério da Saúde em relação aos eixos temáticos. O número de telespectadores nos auditórios da Embratel foi maior que em agosto, com recebimento de centenas de perguntas que foram sistematizadas para serem respondidas em bloco. Aquelas não respondidas serão enviadas a resposta para a residência de quem perguntou.

Também foi apresentado aos conselheiros o que foi feito para divulgação, além da teleconferência. Foi realizada uma avaliação da página da Conferência na internet, divulgado o manual que será distribuído nas conferências estaduais, com regulamento, regimento, os textos e as mesas. Além disso, foi discutido o primeiro "Jornal da 12.", enviado para todo o País, com todas as informações essenciais sobre a conferência. Até dezembro, estão previstas mais duas edições desse jornal.

RELATORIA

A novidade divulgada pelo relator da 12.^a Conferência, Paulo Gadelha, é que o consolidado dos relatórios estaduais será enviado aos delegados até o dia 28 de novembro. É a primeira vez que os delegados receberão com antecedência o documento a ser debatido na Conferência.

O prazo regimental para os estados enviarem os relatórios é 17 de novembro. Entre 17 e 23 de novembro, a Comissão Executiva e a Relatoria reúnem-se para fazer o pré-consolidado a ser apresentado a todos os relatores das estaduais nos dias 24 e 25, quando será feito o ajuste final. Cumprindo esses prazos,

será possível para os delegados terem acesso ao documento antecipadamente.

Paulo Gadelha também destacou a importância de haver uma capacitação para os relatores adjuntos e de síntese, assim como dos estados, para o documento final vir no formato que será dado aos relatórios nacionais.

AGENDA

DATA	ATIVIDADE
13/10	Reunião da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia (CICT)
23/10	Oficina de Planejamento Estratégico da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH)
27/10	Reunião da Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase (CIEH) – Local: Poços de Caldas, MG
27/10	Reunião da Comissão Intersetorial de Pessoa Portadora de Deficiência (CIPPD)
28/10	Comissão Intersetorial de Saúde Mental
28/10	Reunião da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN)
29 e 30/10	Reunião da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)
29 e 30/10	Reunião da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST)
3 e 4/11	136. ^a Reunião Ordinária do CNS – Local: Hotel San Marco – Brasília, DF
5/11	Ato Público – SOS Saúde – Brasília-DF

EDITORIAL



Garantir as condições para que o processo participativo aconteça em sua plenitude com transparência das regras do jogo e condições organizacionais para que os debates e as deliberações ocorram com o acesso prévio às informações, lisura dos procedimentos e um clima de acolhimento e tranquilidade, tem sido a marca do comprometimento e atuação do Conselho Nacional de Saúde em seu papel de Comissão Organizadora da 12.^a Conferência Nacional de Saúde.

O processo de construção do relatório final da 12.^a

Conferência Nacional de Saúde é, talvez, o fator determinante para esse propósito e a realização das conferências estaduais, já em curso, representa momento crucial, já que elas definirão a qualidade dos textos que serão consolidados para apreciação dos grupos de trabalho na etapa nacional.

É, portanto, vital que seja implementada pelos organizadores e participantes dos estados uma metodologia adequada sobre a natureza e os procedimentos para confecção do relatório final da 12.^a Conferência Nacional de Saúde. Com essa finalidade, o CNS aprovou em sua sessão plenária do dia 1.^o de outubro, o instrutivo "Metodologia e Fluxo

de Relatoria" que está acessível na página da 12.^a (www.12conferencia.saude.gov.br). No dia 3 de outubro a Comissão Executiva e a Comissão de Relatoria do CNS reuniram-se com os coordenadores e relatores de todos os estados da federação (apenas Sergipe, que realizava sua conferência nesta data, não pôde comparecer) para socializar a compreensão sobre essas deliberações, auscultar as avaliações dos processos em curso nos estados e definir encaminhamentos. A intensa participação e qualidade do debate deixaram em todos a sensação de que começamos a sentir o pulso da dinâmica dos relatórios estaduais e nacional, marcado por um clima de entusiasmo e solidariedade.

A construção do Relatório é um processo que revela em toda sua complexidade o grau de maturidade da participação social que é, talvez, o maior legado que a área da saúde oferece à implementação de políticas sociais em nosso País. Como garantir a elaboração de um texto resultado de um debate que envolve milhares de participantes representativos de uma enorme diversidade de interesses, mas que seja ao mesmo tempo significativo para a sociedade e defina com clareza diretrizes para os rumos do SUS, articulando princípios, conhecimento técnico e viabilidade

política e social? Como proceder, ainda, de forma a garantir a legitimidade de seu processo de deliberação?

Nosso ideal é de um relatório conciso, que defina o essencial e sirva, por expressão, de um instrumento-força para a mobilização social e dos agentes a quem caberá implementá-lo em todos os níveis da federação. Para tanto, estamos reiterando: a 12.^a Conferência Nacional de Saúde tem uma enorme novidade em relação às conferências anteriores. Pela primeira vez, o Ministério da Saúde apresenta sua posição por meio do documento "Diretrizes para a Política de Saúde do Brasil, Período 2003 – 2007" para serem apreciadas, referendadas ou modificadas nos municípios e estados. Esse documento representa a matriz para as deliberações dos temas nacionais que serão encaminhados pelos estados, tendo como referências centrais para subsidiá-las o documento do CNS, "Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: Avanços, Desafios e Reafirmação dos seus Princípios e Diretrizes"; as propostas oriundas das conferências municipais e o Relatório da 11.^a Conferência Nacional de Saúde.

Será também a primeira vez que um consolidado dos relatórios estaduais, confeccionado com a participação de todos os relatores estaduais constituirá no documento base para apreciação e deliberação nos grupos de trabalho.

Para garantir a informação prévia, esse documento será amplamente divulgado no **DIA 28 DE NOVEMBRO**.

A tranquilidade do processo de discussão e deliberação se beneficiará também pelo fato de cada participante debater dois eixos temáticos, um pela manhã e outro pela tarde, distribuídos segundo procedimento definidos pelo instrutivo acima referido, e por contarmos com dois dias para a Plenária aprovar o relatório final.

Sérgio Arouca costumava nos convocar a "delirar" para exercitar a análise crítica e a imaginação criadora. Mas sempre tinha os pés no chão, um agudo compromisso com a transformação de sonhos em realidade. Reunia Dom Quixote e Sancho Pança. Todos nos lembramos da 8.^a Conferência Nacional de Saúde, que ele coordenou, e de como suas deliberações pautaram os rumos do SUS nos últimos 15 anos. A 12.^a Conferência Nacional de Saúde pretende ser o marco de uma nova era e deve provar que esse ideário, expresso em seu relatório, será cumprido.

Paulo Gadelha

Relator Geral da 12.^a Conferência Nacional de Saúde – Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional, Informação, Informática e Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz.

O Ministro da Saúde Humberto Costa relata acordos com secretários



Conselheiros debatem ações para garantir a emenda constitucional 29

Em seu discurso na abertura na 135.^a Reunião Ordinária do CNS, o ministro Humberto Costa falou sobre os acordos fechados pelo Ministério da Saúde com o Conass e o Conasems em relação à correção dos tetos financeiros da alta e média complexidade a fim de corrigir as disparidades regionais. A idéia é fazer todos os estados se aproximarem da média nacional, que hoje é R\$ 64,35 *per capita*.

O lançamento do SAMU (Serviço Médico de Atendimento de Urgência) em São Paulo foi destacado por Humberto Costa, que declarou a intenção de atender toda a demanda da cidade de São Paulo até fevereiro de 2004, com 132 unidades, sendo 26 UTI Móveis. E até meados do próximo ano, ter o programa implantado em 131 cidades, oferecendo além do atendimento pré-hospitalar móvel, domiciliar ou em via pública, a regulação do sistema de urgência e emergência.

Até o final de outubro, o Ministério da Saúde irá finalizar o debate no fórum de saúde suplementar, que envolve usuários, operadoras, prestadores e Ministério da Saúde, além da Agência Nacional de Saúde (ANS), para definir questões polêmicas como a migração das pessoas dos planos de saúde antigos para aqueles abrangidos pela nova lei e a obrigação de contrato entre operadoras, prestadores e médicos, com definição de direitos e responsabilidades.

Para finalizar, o ministro descreveu sua participação

na assembléia temática da aids durante viagem internacional com o Presidente Lula e reafirmou a política de garantir o acesso aos medicamentos. “Hoje temos três medicamentos que consomem 63% de nosso orçamento para medicamentos antiretrovirais. Como não tem havido negociação com as empresas que detêm as patentes desses medicamentos, temos investido na produção em Manguinhos e na flexibilização da lei de patentes que nos permita importar e produzir os medicamentos”, declarou o Ministro.

Concluiu dizendo que a realização da Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica foi uma grande vitória para a política de medicamentos e assistência farmacêutica e para o controle social.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONTRA O CNS

Em razão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) impetrada pela governadora Rosinha Garotinho contra o Conselho Nacional de Saúde, os conselheiros nacionais autorizaram a Secretaria-Executiva do CNS a convidar um grupo de advogados e defensores do controle social com larga experiência na área para auxiliar na preparação da resposta e dialogar com membros do governo para avaliar as implicações da ADIn na atuação do CNS.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade movida

pela governadora do Rio de Janeiro questiona a Resolução 322, que define o que são ações de saúde para fins de Orçamento. A ADIn envolve duas grandes questões: primeiro, quais são os poderes do Conselho e segundo, qual a exata extensão da Emenda Constitucional 29 (EC 29). Indiretamente, questiona a ação do governo federal em relação aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza e à EC 29.

FRENTE PARLAMENTAR DA SAÚDE

Membros da Frente Parlamentar da Saúde (suprapartidária) estiveram na reunião do Conselho Nacional da Saúde para falar sobre o Plano Plurianual 2004/2007, a lei Orçamentária e a luta pela manutenção dos recursos previstos na Emenda Constitucional 29. Eles falaram das ações que podem ser adotadas pelos deputados e senadores no convencimento dos colegas na votação do Orçamento e na sensibilização dos ministros da área econômica para garantir os recursos constitucionais para a saúde.

Estiveram na reunião os deputados, Roberto Gouveia (PT), Rafael Guerra (PSDB), Darcísio Perondi (PMDB), Jandira Feghali (PCdoB), Ângela Guadagnin (PT) e representante da senadora Lúcia Vânia (PT).

No dia anterior, os conselheiros nacionais estiveram no ato público SOS Saúde em defesa da

EC 29, realizado na Câmara dos Deputados, que reuniu representantes de entidades e parlamentares de todos os partidos.

CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE SUPLEMENTAR

A saúde suplementar voltou à pauta do CNS na reunião de outubro. O representante do CNS no Fórum de Saúde Suplementar, Mário Scheffer, apresentou uma proposta inicial sobre o controle social nas agências reguladoras a ser levada ao Fórum de Saúde Suplementar.

Uma delas é a instalação de conselhos gestores em todas as operadoras de planos de saúde, com participação de representantes da empresa, dos usuários e prestadores de serviços. Também foi sugerida a convocação, por todas as operadoras de planos de saúde, de assembléia anual de usuários, divulgada em veículos de grande circulação.

INFORMES DA TRIPARTITE

O Dr. Cipriano Maia de Vasconcelos apresentou aos conselheiros uma síntese da última reunião da Comissão Intergestores Tripartite (que reúne secretários estaduais, municipais e representantes do Ministério da Saúde). Segundo o coordenador da Tripartite, foi homologada a gestão plena da atenção básica ampliada de 233 municípios e 30 em gestão plena do sistema municipal, em setembro e outubro. O Estado do Rio Grande do Norte teve homologada a sua habilitação em gestão plena do sistema.

Também foram debatidos o Termo de Ajuste e Metas, o Pólo de Educação Permanente, a revisão dos tetos financeiros dos estados, o programa de formação de agentes locais de vigilância em saúde e o processo de revisão normativa.

O Conselho Nacional de Saúde constituiu um Grupo de Trabalho de Normatização do SUS que avaliará a NOB 96 e NOAS, formulando propostas e acompanhado as discussões.

RELATÓRIO DA CISAMA

A Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente (Cisama) apresentou ao plenário o relatório do I Seminário Nacional de Saúde e Ambiente com Controle Social, realizado em junho deste ano. Os conselheiros nacionais aprovaram a indicação desse texto como subsídio para o debate nas conferências nacionais, que acontecem este ano na Saúde, Meio Ambiente e das Cidades.

CONTROLE SOCIAL NAS AGÊNCIAS REGULADORAS

O Conselho Nacional de Saúde enviou à Casa Civil da Presidência da República sua intenção de ser incluída no controle social da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Essa deliberação do CNS vem da decisão do governo de realizar uma consulta pública sobre o anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle social nas agências reguladoras do governo federal.

Pela deliberação do plenário na reunião de outubro, o CNS deve atuar no controle social dessas agências no que se refere ao acompanhamento do processo decisório, à discussão do orçamento, do Plano de Metas e do Contrato de Gestão firmado entre as agências e o Ministério da Saúde, assim como na participação da definição de políticas e diretrizes para a saúde suplementar e para a vigilância em saúde.

NOVA DATA DA REUNIÃO DO CNS

Em função da manifestação em favor de recursos para a saúde, previstos na EC 29, o CNS antecipou a data da próxima reunião para os dias 3 e 4 de novembro. A manifestação, que prevê a mobilização de vários segmentos da saúde, incluindo gestores, conselheiros, trabalhadores e usuários, acontecerá no dia 5 de novembro, em Brasília.

O P I N I Ã O

NOVOS DESAFIOS

Parabenizo o Conselho Nacional de Saúde pela opção de concentrar os esforços da 12.^a Conferência Nacional de Saúde em dez propostas definidas como os eixos temáticos, em todas elas contemplando o Controle Social. O resultado que espero da Plenária Final da 12.^a Conferência Nacional de Saúde é um argumento breve em cada eixo, com sua respectiva proposta de prioridade, aprovada com a legitimidade de 100% de *quorum* dos delegados.

Durante as etapas da 12.^a Conferência Nacional de Saúde, a exemplo de outras organizações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Pastoral da Criança está orientando os seus voluntários para que



participem ativamente das conferências municipais, estaduais e nacional. Nessas etapas, a Pastoral da Criança está apresentando para discussão as suas propostas, relacionadas com os eixos temáticos, e com enfoque

na criança e na mulher. O texto está disponível no endereço www.rebidia.org.br. A Pastoral da Criança é um movimento de usuários que organiza outros usuários de saúde, em mais de 33.000 comunidades pobres de 3.616 municípios. Ela conta hoje com 218.000 voluntários, que acompanham mais de 1.600 mil crianças e suas famílias. São vinte anos de compromisso com a construção da cidadania, prevenção de doenças, educação popular em ações básicas e promoção da saúde

Dra. Zilda Arns Neumann

Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Representante Titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde

12.^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

A promulgação da Constituição de 1988 que criou o conceito de Seguridade Social, inseriu o capítulo da Saúde e definiu o SUS com suas diretrizes traduzidas pela descentralização, integralidade e participação da comunidade e por fim, a regulamentação do Sistema a partir das Leis 8.080 e 8.142/90, colocaram o nosso País numa posição de destaque no cenário mundial, no que se refere à legislação da proteção social.

Passados 15 anos e apesar de avanços importantes, constatamos as imensas dificuldades que enfrentamos no financiamento, no controle social, nos recursos humanos e no modelo de atenção, herdada de gestões passadas.

Permanecemos com um modelo fortemente hospitalocêntrico, privatizado política e profissionalmente, centrado ainda na figura do médico em detrimento da equipe multidisciplinar e voltado para o medicamento e as ações de média e alta complexidade, com prejuízo das efetivas ações

de prevenção e promoção da saúde.

Os recursos financeiros, absolutamente insuficientes, têm freqüentemente sido gastos de forma perdulária e irresponsável, e os trabalhadores aviltados, desrespeitados e precarizados.

De outro lado, as Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde, as sucessivas Conferências e a manutenção incessante da luta dos diversos segmentos que assumiram a defesa do SUS têm sido os grandes baluartes da resistência e do continuado processo de conscientização política.

Apesar de reconhecermos a dimensão do desafio que temos pela frente, percebemos, no entanto, um momento histórico privilegiado. Não mais aceitaremos Conferências como meros espaços de debates, na grande maioria das vezes estereis, produzindo e reproduzindo documentos que constam dos anais como retratos da luta de um povo, mas também da falta de decisão e de compromisso de governos.

A partir das profundas alte-

rações políticas que estão em curso no nosso País, percebemos a 12.^a Conferência Nacional de Saúde como um marco na curta história do Sistema Único de Saúde e temos a certeza de que dessa vez o jogo é pra valer. Esse é o momento, portanto, de assumirmos definitiva e coletivamente a plena afirmação e implementação do grande sonho que sonhamos e construímos juntos para a saúde e a cidadania do povo brasileiro.



Francisco B. Júnior

Farmacêutico

Concursado da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) no Conselho Nacional de Saúde.

Conferência debate propostas para política de medicamentos e assistência farmacêutica

Com o tema “Efetivando o acesso, a qualidade e a humanização na Assistência Farmacêutica, com Controle Social”, a Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica reuniu em Brasília, de 15 a 18 de setembro, em torno de 1.200 pessoas de todos os estados brasileiros.

Segundo avaliação dos organizadores do evento, a importância da conferência é definir diretrizes para a formulação de uma política pública de assistência farmacêutica, questão estratégica para o controle social.

Para a coordenadora-geral da Conferência, Clair Castilhos, “este é o início da reflexão e formulação de uma política de assistência farmacêutica sob o olhar, a voz e a perspectiva dos usuários, prestadores, gestores e profissionais que, desde 2002, vêm debatendo e deliberando propostas nas conferências estaduais e municipais”.

Cerca de novecentos destaques foram apresentados pelos delegados a partir dos dois dias de mesas-redondas, palestras e debates. Na plenária do último dia, que se estendeu até as 3h30 da manhã, foram votados mais de 600 desses destaques. Para avaliar os demais, será composta uma comissão que depois as

apresentará para deliberação do Conselho Nacional de Saúde.

As discussões partiram de três princípios fundamentais. Primeiro, que a política de medicamentos não pode ser entendida como simples atendimento da demanda de medicamentos que é gerada pelo SUS. Ela é uma ação cotidiana, multiprofissional, voltada para promoção e recuperação da saúde das pessoas, sendo que o medicamento é insumo essencial à sua implementação. Segundo, não podemos entender a assistência farmacêutica apenas como distribuição de medicamentos, mas um processo de trabalho, do cuidado e atenção à saúde das pessoas, inclusive na perspectiva da não utilização de medicamentos. Terceiro, temos que superar as fragmentações dos diferentes programas de medicamentos que há no âmbito do Ministério da Saúde.

Uma questão destacada pelos delegados foi a necessidade de se ter ações concretas para formação, qualificação e capacitação dos recursos humanos na área da saúde, em particular na assistência farmacêutica. Para aplicar efetivamente essa política nos serviços e ações de saúde para as pessoas, temos que investir na qualificação de recursos humanos para torná-los capazes de qualificar esses serviços.

Secretarias-Executivas reúnem-se para debater articulação entre os conselhos

A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde organizou nos dias 16 e 17 de setembro, uma reunião com as secretarias-executivas dos conselhos estaduais e municipais de saúde para, além de trocar experiências, discutir a forma de articulação com o CNS. O primeiro ponto de pauta foi a apresentação da Secretaria-Executiva do CNS e suas assessorias técnicas e administrativas.

O relator Paulo Gadelha esclareceu todas as dúvidas dos representantes das 17 Secretarias-Executivas sobre a organização, relatoria e eixos temáticos tanto para a etapa nacional como para as estaduais da 12.^a Conferência

Nacional de Saúde.

A principal reivindicação das Secretarias-Executivas era garantir a participação efetiva na 12.^a Conferência, uma vez que têm papel fundamental na organização e mobilização nos estados. A Secretária-Executiva do CNS, Eliane Cruz, vai encaminhar essa solicitação à Comissão Executiva, sugerindo que essa participação ocorra como apoio às delegações estaduais.

No último dia, foi debatida a relação e articulação entre os conselhos nas três esferas e os encaminhamentos para efetivá-los. Ao final, foi sugerida nova reunião no primeiro semestre do próximo ano.

BOLETIM DO CONSELHO

Publicação mensal do Conselho Nacional de Saúde, Ano 4, n.º 32, Outubro 2003, ISSN 1679-2610 – Jornalista Responsável: Sílvia Alves (Reg. Prof. 2030/DF) – Colaboradora: Verbena Melo – Tiragem 12.000 exemplares.

EDIÇÃO

Conselho Nacional de Saúde, Secretaria-Executiva, Equipe de Comunicação – Projeto Gráfico: Fabiano Bastos e Sérgio Ferreira – Editoração: Thiago Mosquito Antonucci – Revisão: Mara Pamplona – Impressão, Acabamento e Distribuição: Editora MS.

INFORMAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1.º andar, Salas 128 a 147 CEP: 70058-900 – Brasília, DF – Fones: (61) 315-2560, 315-2150, 315-2151 Fax: (61) 315-2414, 315-2472 E-mail: cns@saude.gov.br Homepage: <http://conselho.saude.gov.br>

PRODUÇÃO

Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE/MS – Endereço: SIA, Trecho 4, Lotes 540/610, Brasília-DF – CEP 71200-040 – Fone: (61)233-1774 Fax: (61) 233-9558 E-mail: editora.ms@saude.gov.br